

## FICHE AMENDEMENT

### Titre V

#### Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 30.º

Déposée par Monsieur Luís Queiró

#### Qualité: Suppléant

---

1. A Política de Segurança e Defesa Comum, que faz parte integrante da Política Externa e de Segurança Comum, garantirá à União uma capacidade operacional apoiada em meios militares e civis. A União poderá empregá-los em missões **que ocorram no território de Estados terceiros, com objectivos de** (7 palavras suprimidas) manutenção da paz e **de** reforço da segurança internacional, **no respeito pelos** (4 palavras suprimidas) princípios da Carta das Nações Unidas.

2. A Política de Segurança e Defesa Comum incluirá a definição gradual de uma política de defesa comum da União; esta conduzirá a uma defesa comum, logo que o Conselho Europeu assim o decida, deliberando por unanimidade. Neste caso, o Conselho Europeu recomendará aos Estados-Membros que aproveem uma decisão nesse sentido, nos termos das respectivas normas constitucionais.

A política da União, na acepção do presente artigo, não afectará o carácter específico da política de segurança e de defesa de determinados Estados-Membros, respeitará as obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte para certos Estados-Membros que vêem a sua política de defesa comum realizada no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e será compatível com a Política de Segurança e Defesa Comum adoptada nesse âmbito.

3. Os Estados-Membros porão à disposição da Política de Segurança e Defesa Comum capacidades militares e civis de modo a contribuir para os objectivos definidos pelo Conselho.

Os Estados-Membros comprometem-se a melhorar progressivamente as suas capacidades militares, **procurando coordenar as suas capacidades tecnológicas e militares de modo a promover a interoperacionalidade dos meios.** (57 palavras suprimidas)

Os Estados-Membros que constituam entre si forças multinacionais poderão igualmente colocar essas forças à disposição da Política de Segurança e Defesa Comum.

4. As decisões relativas à execução da Política de Segurança e Defesa Comum, incluindo as que digam respeito ao lançamento de uma missão referida no presente artigo, serão aprovadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade sob proposta do **Representante Europeu para as Relações Externas** ou de um Estado-Membro. (26 palavras suprimidas)

5. O Conselho poderá confiar a realização de uma missão, no âmbito da União, a um grupo de Estados-Membros. A realização dessa missão reger-se-á pelas disposições do artigo 18.º da Parte II, Título B, da Constituição.

6. Os Estados-Membros **podem instituir entre si uma cooperação reforçada, nos domínios do presente Título, no respeito pelas condições previstas na Parte II do presente Tratado.** (52 palavras suprimidas)

7. Enquanto o Conselho Europeu não tiver deliberado de acordo com o n.º 2 do presente artigo, **poderá ser** instituída uma cooperação mais estreita, no âmbito da União, em matéria de defesa mútua, **no respeito pelas condições previstas nos artigos XXX da Parte II do presente Tratado.** A título dessa cooperação, caso um dos Estados que nela participam seja alvo de uma agressão armada no seu território, os outros Estados participantes prestar-lhe-ão, em conformidade com o disposto no artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, ajuda e assistência por todos os meios ao seu alcance, militares e outros. As regras de participação e funcionamento, bem como os processos de decisão inerentes a esta cooperação, constam do artigo 21.º da Parte II, Título B, da Constituição.

8. O Parlamento Europeu será consultado quanto aos aspectos principais e às opções fundamentais da Política de Segurança e Defesa Comum e mantido ao corrente da sua evolução.

---

**Explication éventuelle :**